

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO MEIO RURAL FLUMINENSE: CONTINUIDADES E RUPTURAS

*Daniela Egger*¹

RESUMO

Como reflexão central para este artigo, tomaremos como perspectiva a análise da relação de parceria, considerando-a forma principal de acesso aos meios de produção por parte dos agricultores, o que nos leva a buscar duplamente a compreensão dos pontos de ruptura e elementos de continuidade das formas sociais ditas tradicionais ou modernas. Para isso entendemos as mudanças nas relações sociais no meio rural como efeito geral da modernização da agricultura. E, dentro deste contexto, propomos uma busca pela compreensão das transformações recentes no espaço rural fluminense, considerando as mudanças na estrutura produtiva, que consistem na mudança da racionalidade dos agricultores daquela região e que se traduzem na atual organização laboral e, portanto, na sua inserção e integração ao mercado.

Palavras-chave: Mercado, Horticultura, Modernização, Parceria

ABSTRACT

Reflection as central to this article, we will build perspective to analyze the relationship of partnership, considering the main form of access to means of production by farmers, which leads us to look twice to understand the tipping points and elements of continuity social forms of so-called traditional or modern. To understand this change in social relations in rural and general effect of the modernization of agriculture. And within this context, we propose a search for understanding of recent changes in rural Rio, considering changes in production structure, which consists in changing the rationality of farmers in that region and which are reflected in the current work organization and therefore in its insertion and integration to the market.

Keywords: Marketing, Horticulture, Modernization, Partnership

¹ - Geógrafa, mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Cpda – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ e Professora Substituta do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Endereço eletrônico: danieggergeo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O campo tem sido palco de profundas transformações na estrutura produtiva e, conseqüentemente nas relações sociais nele existentes. No entanto, um dos pontos principais a serem estudados para compreensão dessas transformações ainda é o processo de modernização da agricultura. Ao falar em modernização encontramos um extenso debate teórico acerca deste tema. Deste debate, compreende-se, em um primeiro momento, que a modernização agrícola corresponde à transformação da base técnica da produção e na promoção da substituição de elementos. Contudo é importante apontar, que esse processo de modernização ocorre até hoje: em tempos, espaços e intensidades diversas.

Áreas onde existiam, há trinta anos atrás, apenas atividades “ditas” tradicionais como é o caso da região serrana do Rio de Janeiro, começam a passar por mudanças radicais nas relações de produção e por sua vez, na organização do trabalho diante deste processo. Um destaque para esta região é o abandono, por parte dos agricultores, das atividades de cultivo tradicional o conhecido cultivo de caixarias, alimentos da base alimentar camponesa, como o plantio de inhame, mandioca, batata para a prática do cultivo de uma horticultura intensiva e modernizada, feita com a introdução de elementos modernos como uso de agrotóxicos, sementes industrializadas e adubos químicos no cultivo das hortaliças.

Essas atividades, segundo Del Grossi 2002, podem ser chamadas de “novas atividades” agropecuárias, que na verdade são seculares, mas que até meados dos anos de 1980 não tinham valor econômico de mercado e eram reconhecidas apenas como atividades de “fundo de quintal” ou pequenos negócios agropecuários intensivos como horticultura, floricultura, piscicultura entre outras. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram integrar verdadeiras cadeias produtivas envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se importantes alternativas de emprego e renda no meio rural em anos mais recentes (DEL GROSSI, 2002) .

A horticultura modernizada e nos moldes ditos convencionais caracteriza-se por ser uma atividade altamente intensiva de mão-de-obra. Isto porque, quase sempre feita com base na agricultura familiar, exige um trabalho intensivo no cuidado da horta, com atividades feitas diariamente como capinas, aplicação de agrotóxicos, irrigação da horta e colheitas. Essas atividades são feitas diretamente pelo agricultor, mas não deixando de existirem outras atividades como a embalagem, a distribuição e comercialização dos

produtos. Por essa razão, embora a área total cultivada com horticultura seja pequena, pode-se dizer que corresponde a uma grande demanda de força de trabalho agrícola.

Dentro deste contexto, a compreensão de como esse processo de modernização causa efeito direto na mudança das relações de produção, que vão acarretar, assim, em um conjunto de diferenciações por parte dos agricultores, constituindo diferentes formas de acesso a terra, será, portanto, o ponto de partida deste artigo. Para tanto, privilegiamos a análise destas transformações fazendo um exercício escalar, analisamos as transformações sócio-espaciais no município de Sumidouro, na região serrana do Rio de Janeiro. Lugar reconhecido pelo título de maior produtor de olerícolas do estado e por significativa presença da relação de “parceria” como forma de organização do trabalho agrícola quase sempre com base no trabalho familiar.

Cabe reter, entretanto, que escolhemos essa realidade, não só pela sua importância significativa na produção de olerícolas no estado do Rio de Janeiro, mas por apresentar de forma clara a materialização das transformações das relações de produção no campo, conjugando a mudança da racionalidade camponesa, a modernização desses e, ainda, as continuidades e rupturas na organização dessa forma social, que assim chamamos tomando emprestadas as palavras de Wanderley, 2009, e que explicaremos mais detalhadamente mais a frente.

Nesse sentido, devemos sinalizar a relação de parceria como objeto específico deste trabalho, já que se trata da relação mais utilizada como forma de acessar a terra por parte dos agricultores dessa região e como forma de organização do trabalho por parte dos agricultores capitalizados. A importância desta relação, contudo, se faz no significado que possui perante o atual estágio de organização da produção e das formas de organização do trabalho lá existente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A proposta apresentada, ora pensada como um artigo é parte de resultados e reflexões de um extenso trabalho de pesquisa feito desde de 2003 nesta linha, cuja temática principal liga-se ao conjunto de questões atinentes ao processo de expansão da modernização agrícola e às mudanças ocorridas nas relações de trabalho no meio rural. Tais estudos, iniciados no período da graduação no grupo de pesquisas agroambientais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, resultaram também em um trabalho monográfico de final de curso, que aborda a diversificação das relações de trabalho lá existentes.

A persistência em estudar o município de Sumidouro é uma tentativa de entender pontualmente, porém, de forma profunda, a complexidade das formas de organização do trabalho e da produção existentes em todo campo brasileiro, feito quase sempre com base familiar, e que engendraram processos e práticas sócio-espaciais diversas. Tratamos de famílias de agricultores com condições precárias de acesso a terra, que desenvolvem com seus patrões, proprietário da terra, a relação de parceria. Esta relação de trabalho e o modo como ocorreu um possível processo de expropriação das terras destas famílias, ao longo da expansão da modernização, que os colocam, portanto, na condição de subordinação do trabalho, serão também analisados. Tentando melhor entender o espaço do agricultor familiar no processo recente de modernização e, assim também identificar as possibilidades de reprodução do trabalho na base familiar, aqui entendido, como formas possíveis de uso da terra e permanência no campo.

Como caminho metodológico para as análises que seguem a baixo, privilegiamos as reflexões proporcionadas pela revisão bibliográfica consoantes as idéias de Wanderley, 2009; Silva 2005; Moreira, 1999; Carneiro 1999; Abromavay 2002 entre outros. Para o artigo, selecionamos além de parte do debate do que é uma dissertação de mestrado ainda em fase de conclusão, trabalhamos também com dados estatísticos e material recolhido em junho de 2009 durante o último trabalho de campo feito para pesquisa, e sistematizadas essas informações, estão doravante nossas conclusões e inquietações.

3. RESULTADOS

O espaço agrário fluminense e uma breve análise para um contraponto

Ao considerarmos o espaço agrário fluminense, levando em conta as atividades agropecuárias que são exercidas, nos remetemos quase que exclusivamente ao meio rural. Ao analisarmos com mais densidade este rural nos deparamos com inúmeras “naturalizações” do Rio de Janeiro como um espaço eminentemente urbano e com uma agricultura “rudimentar” e “deficiente”. A respeito da agricultura fluminense, sabemos que recorrentes são os trabalhos que a apontam como um setor de pequena relevância. Segundo o IBGE, o estado do Rio de Janeiro participa, na agricultura, apenas 2% do PIB² estadual, sendo também considerado um estado com pouca tradição agropecuária. Caracteriza-se ainda, como um dos Estados mais urbanizados do país. Cerca de 95% da

²

Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

população reside em áreas urbanas sendo 76% desta população concentrada em sua Região Metropolitana. (IBGE, 1997)

Nesta perspectivas, inúmeras são as afirmativas para demonstrar a insuficiência da agricultura fluminense. Wilkinson & Maluf, 1997 apontam que mesmo apresentando o segundo maior mercado consumidor do país, o estado não é auto-suficiente na produção de alimentos necessários ao abastecimento da população, não conseguindo abastecer sequer 50% do mercado, sendo necessário recorrer a outros estados. De acordo com o senso agropecuário de 1995-96 do IBGE a agricultura fluminense pode ser considerada “rudimentar, de baixo padrão tecnológico”.

A estrutura fundiária fluminense é caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos agrícolas, com área inferior a 10ha, onde os grandes estabelecimentos, com mais de 1000ha, são praticamente inexistentes³. No entanto, essas características ao contrário de nos levar a pensar apenas em uma agricultura insuficiente, nos leva a pensar que o padrão da modernização agrícola sustentado em grandes propriedades não se aplica ao estado do Rio de Janeiro, ou, pelo menos, para todo o estado. Para tanto, podemos analisar que, enquanto no Brasil, no Estado brasileiro, verificamos uma opção pela modernização econômica e tecnológica da grande produção e da grande empresa capitalista, no Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos rurais (61,60%) se enquadra na categoria “produção familiar”, de acordo com a metodologia FAO/INCRA (1996)⁴ é administrado, quase sempre, pelo proprietário.

Outros autores, como Romeiro (1989) e Binsztok (1997), vão também relativizar a imagem de deficiência da agricultura fluminense. Para Romeiro os parâmetros utilizados, principalmente pelo censo agropecuário, distorcem a realidade já que expressam, na verdade, as características específicas do estado no que concerne seu espaço agrícola. Ao utilizar outros parâmetros como utilização de terra; grau de padrão tecnológico; a participação do estado do Rio de Janeiro no volume total de olerícolas comercializado pela CEASA-RJ, chega a seguinte conclusão: *“(...) pode-se dizer que, se o potencial agrícola do estado do Rio de Janeiro ainda está longe de ser totalmente bem utilizado, por um outro lado tudo indica que a agricultura fluminense ao contrário do que se supunha é bastante dinâmica e eficiente (...)”* (1989:7).

³ Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

⁴ FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

Sobre a produção “dinâmica” do Rio de Janeiro, em áreas específicas, como distritos e algumas localidades de municípios, são consideradas por alguns autores como “ilhas de eficiência” Binsztok (1997), e também podem ser classificadas como “novas dinâmicas” Wilkinson & Maluf (1997) que incluem produtos que adquiriram relevância a partir da década de 1980, e que em certa medida, acompanharam as inflexões ao setor agroalimentar.

Ainda a respeito da deficiência da agricultura fluminense, segundo Wilkinson & Maluf, 1997 podemos ponderar que mesmo com gargalos à competitividade, como a armazenagem, por exemplo, existe neste espaço a organização de uma atividade agrícola, que é apontada como uma produção “dinâmica” (olericultura, fruticultura, produção de pequenos e médios animais), onde a agropecuária fluminense está voltada fundamentalmente para o abastecimento do mercado de produtos *in natura*, localizadas na região serrana do estado.

Espaço, portanto, significativo para este artigo, a região serrana fluminense além de apresentar mudanças importantes no mercado de terras, como a atividade de veraneio, vai constituir também área central na produção agrícola dinâmica traduzida na produção de olerícolas ou produtos *in natura*. Enquanto alguns municípios vão se caracterizar como áreas significativas para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas (veraneio, turismo rural) e até mesmo convivência de atividades agrícolas e não agrícolas, a chamada pluriatividade⁵, como é o caso do município de Nova Friburgo nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, teremos espaços que vão se constituir áreas predominantemente agrícolas, como é o caso do município de Sumidouro, desenvolvendo uma horticultura moderna e altamente tecnificada como veremos mais adiante.

É importante ressaltar, que estas áreas aqui consideradas predominantemente agrícolas, o município de Sumidouro, são assim chamadas por estarem inseridas a um mercado em expansão, em um processo relativamente recente. Ao contrário das áreas tradicionais da região serrana na produção de olerícolas, como é o caso dos municípios de Teresópolis e de Nova Friburgo, Sumidouro passa a produzir integrado ao mercado de hortifrutigranjeiros a partir de meados da década de 1980, tendo na natureza de sua produção uma lógica diferenciada dos outros municípios. Não é uma modernização

⁵ Para maiores definições ver CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In COSTA, L. F. C., BRUNO, R. MOREIRA, R. J. (orgs) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.

apenas tardia, mais podemos pensar que se constitui em uma mudança na racionalidade dos agricultores do lugar, que vão incorporar aos poucos a lógica da modernização.

Nesta perspectiva chegamos a uma questão central, onde analisar a agricultura fluminense sobre o prisma do modelo produtivista é reduzi-lo somente a esfera econômica, e vê-lo como ineficiente e frágil. A agricultura pensada em outros termos pode contribuir para uma revalorização não só do rural, mas, até mesmo, da produção agrícola de um estado eminentemente urbano (TEIXEIRA, 1998). Sendo assim, ao analisar a produção agropecuária fluminense com uma mesma metodologia que analisa a produção de áreas diferentes de um país, sem levar em consideração as diversidades espaciais e locais se constitui um erro grave e negligente.

Controversas são as histórias a respeito de seu surgimento e núcleo inicial de ocupação. Autores como Lamego 1963, Silva 1990, acreditam que sua primeira ocupação não-indígena tenha ocorrido nos tempos do café, porém, fatos apontam que a chegada dos primeiros habitantes seja anterior a cultura cafeeira. A história do município é muitas vezes tratada com seu início na construção da capela erguida em homenagem à Nossa Senhora da Conceição do Paquequer em 1822 (IBGE, 1959; FIDERJ, 1977). No entanto, segundo Silva, 1990, a ocupação original sucedeu-se com a chegada de garimpeiros a Cantagalo, local onde existiria um garimpo ilegal de ouro. Argumenta que para fugir da fiscalização da Coroa Portuguesa, foram abertas trilhas e caminhos paralelos a estrada geral. Segundo o historiador, foi neste momento que o primeiro povoamento ocorreu no município, servindo como base e ponto de descanso para os viajantes clandestinos (CORTES, 2005).

Segundo Cortes 2005, o desenvolvimento econômico manteve-se por algum tempo na região que compreende a atual configuração territorial do Município de Sumidouro. Apesar de reconhecer a dificuldade encontrada pelos fazendeiros após a abolição da escravidão na década de 1850, onde alguns sucumbem frente o novo sistema produtivo, o autor afirma que a chegada do trem mantém um certo crescimento econômico, uma vez que facilita o escoamento da produção cafeeira. Lamego 1963, também cita a prosperidade econômica de Sumidouro como de fundamental importância para sua emancipação. Tratando ainda da autonomia o autor coloca que: “o pequeno município de Sumidouro foi uma das várias unidades municipais criadas pela república, instáveis quase todas, algumas desaparecidas por decretos posteriores. Assim foi ele extinto em 28 de maio de 1892 sendo, porém, restabelecido em 5 de novembro do mesmo ano”.

Neste contexto, fato esclarecedor para a “curta história do café” no município é a erradicação dos cafezais, política executada a partir de 1961/1962, pelo GERCA (Grupo Executivo para a Racionalização da Cafeicultura), ligado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC). Entretanto, o Governo Federal começou a implementar, entre 1973 e 1974, em nível nacional, o Plano de Renovação e Revitalização da Cafeicultura, também formulado pelo IBC. Tinha por objetivo reestruturar o chamado “parque cafeeiro”, beneficiando “alguns importantes segmentos da economia brasileira como o setor agrícola de exportação, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de café solúvel e o consumo interno, aquela altura de 8 milhões de sacas anuais”.⁶ Contudo, nos municípios da região serrana, inclusive Sumidouro, cuja história também se liga à cultura do café, os investimentos, com sua derrocada, foram direcionados à pecuária.

A respeito da pecuária na região e principalmente em Sumidouro, concluímos, baseado em entrevistas com agricultores da região que a criação de gado leiteiro e de corte não era muito viável em detrimento das terras de relevo acidentado e principalmente por conta do tamanho das propriedades. Em meados da década de 1960/70, no fim do ciclo do café na região, muitos agricultores afirmam que houve um processo de desmembramento da propriedade por transferência de títulos. Onde as terras foram sendo divididas aos filhos e parentes por motivos de herança, prevalecendo no município as pequenas propriedades, ficando os agricultores sem muita disponibilidade de terras e capital para a criação de gado.

Fator importante destas transformações é o município de Sumidouro ser um dos principais fornecedores de produtos *in natura*, especialmente olerícolas, ao mercado consumidor do Rio de Janeiro. Analisando o processo histórico de ocupação, não podemos deixar de considerar a participação de migrantes japoneses que promovem a valorização da horticultura o que significa, além disso, a substituição e inter-relação de antigas e novas técnicas de plantio. Sem contar com transformação da velha economia caracterizada pela policultura de cereais e raízes, hortaliças e flores.

A expansão da modernização da agricultura, especificamente da horticultura, na região serrana do estado do Rio de Janeiro é marcada do fim da década de 1970 e o início dos anos de 1980 e apontaram para um novo momento na evolução da economia evidenciado por profundas transformações da estrutura produtiva, desde uma ligação mais íntima da agricultura local com o capital industrial até a transformação dos

⁶

MOTTA FILHO, J.P. Política de Racionalização da Cafeicultura no Brasil. Brasília: IBC, 1992.
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

mecanismos de comercialização. Essas mudanças foram possíveis também pelo advento da eletrificação rural e asfaltamento das rodovias Rio-Friburgo (RJ-116) e Friburgo–Teresópolis (RJ -130), facilitando o escoamento da produção.

O histórico de ocupação, e as transformações das relações de produção em Sumidouro, a substituição das atividades tradicionais pela horticultura, nos remetem a existência de dois momentos do processo de expansão da modernização: (i) antes a chamada economia de mercado não tinha a amplitude que tem hoje, as cidades não eram tão grandes e os mercados urbanos não eram tão importantes; por outro lado, mais recentemente, (ii) a partir da década de 1980, as cadeias de comercialização não mostravam a forte concentração que hoje as caracteriza, e era bem menor a participação da população rural na circulação do dinheiro.

As relações de interdependência entre o rural e o urbano são facilmente identificadas, já que seu principal aglomerado urbano, a localidade Centro, não corresponde sequer à metade da população municipal, o que demonstra a importância das atividades rurais no total de divisas gerado pelo município. A organização do espaço agrícola no município está vinculada a uma horticultura bastante modernizada e diversificada que evoluiu com a expansão do mercado metropolitano do Rio de Janeiro. Realizada conforme um sistema agrícola intensivo de trabalho, intensa exploração da mão de obra, e de capital, intenso investimento em adubos químicos, sementes, agrotóxicos, fertilizantes e maquinários agrícolas.

Chamamos de horticultura modernizada e convencional aquela que nos moldes da modernização agrícola adota a modificação da base técnica da produção, aonde os agricultores vão então, substituir os elementos naturais da produção, adubos orgânicos e sementes, por fertilizantes e adubos químicos e sementes industrializadas procurando cada vez mais aumentar a produtividade. (SILVA, 1999) Este cenário é observado em toda a região, e pode ser comprovado com substituição dos produtos tradicionais de caixarias (mandioca, bata doce) por produtos mais modernos (olerícolas) na grande maioria dos estabelecimentos.

Sumidouro é responsável por boa parte do abastecimento de hortaliças à região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao contrário dos demais municípios da região serrana, Sumidouro não sofreu grande êxodo com o declínio da cafeicultura. A população, predominantemente rural, com 84% do total, dedicou-se, sobretudo às lavouras tradicionais, algumas atividades de pecuária, pouco expressivas, e posteriormente, à horticultura mais modernizada. Nesse ponto, deve-se levar em consideração que esta

agricultura modernizada convive com uma agricultura mais tradicional, quase sempre desenvolvida em fundos de quintais ou áreas impróprias para o cultivo hortaliças, parte das práticas culturais dos agricultores, mas sem grande representatividade na atividade econômica agrícola do município.

A horticultura modernizada e convencional caracteriza-se, no município, por ser uma atividade intensiva de mão-de-obra e de capital. Isto porque, quase sempre feita com base no trabalho familiar, exige um trabalho intensivo no cuidado da plantação, com atividades feitas cotidianamente como capinas, aplicação de agrotóxicos, irrigação e colheitas. Traduz-se em uma atividade também intensiva de capital, devido ao investimento necessário em sementes, agrotóxicos, herbicidas, irrigação entre outros. Por essa razão, a horticultura no município, corresponde a um mercado considerado de “alto custo” e bastante competitivo. Que, acaba por selecionar as possibilidades de inserção no mercado e por sua vez, de determinar os diferentes níveis participação ou subordinação dos atores envolvidos dentro do processo produtivo, seja como agricultores desenvolvendo a relação de parceria, seja como agricultores assalariados contratados para atividades específicas como embalagem e seleção de qualidade, ou, seja como “empresários” organizando o processo produtivo.

4. DISCUSSÃO

A problemática da parceria entre o tradicional e o moderno

É necessário ressaltar, como se complexificaram e diversificaram as relações de produção na agricultura, promovida pelo processo de modernização e intensificação da exploração capitalista. Cabe resgatar, contudo, que este processo não leva à extinção das unidades de produção familiares nem a sua transformação em uma única forma de produção. Ele pode levar a novas formas de organização do trabalho familiar e assim a formulação de alternativas que garanta a sua reprodução e sua prática laboral. Nesta perspectiva, a parceria em Sumidouro pode estar sendo utilizada como uma forma de reprodução do agricultor parceiro, como uma possibilidade para acessar a terra e o trabalho agrícola.

Cabe, no entanto, relacionar a conjuntura atual do município com o processo do avanço da modernização. Segundo Moreira, a modernização é lenta em algumas partes, não abrange todo o ciclo da produção e nem a todos os produtos. O que ocorre é uma forte substituição de produtos alimentares importados. A produção doméstica de

alimentos é viabilizada pelo uso de arranjos nas relações de produção favoráveis ao crescimento da agricultura organizada com base familiar (MOREIRA, 1999)..

Este contexto de modernização dá sentido também a um aumento na produtividade do trabalho agrícola, assim o uso do sistema de parceria, com a organização do trabalho na base familiar e, portanto, a inserção de todos os membros da família na atividade agrícola, aumenta a taxa de exploração pelo uso dessa força de trabalho adicional (esposas e filhos), o que eleva a produtividade do trabalho. A elevação tanto da produtividade quanto da taxa de exploração da força de trabalho se dá por conta da inserção dos membros da família no processo produtivo (NEVES, 1991).

É importante reter, que normalmente o aumento da tecnificação, como acontece em Sumidouro, está associado à diminuição do emprego de mão de obra. Entretanto, o trabalho na horticultura leva a crer o contrário. O faz, compreender como se dá na região o aumento da tecnificação por um lado e, por outro, o aumento da intensificação do trabalho. Ponto de importante atenção para a compreensão desta problemática, se faz quanto ao entendimento sobre a produção familiar. Para Wanderley a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. No entanto, existe consenso que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Assim, a agricultura familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média. É claro que nem sempre a agricultura familiar ocorre em propriedades da família, podem ocorrer em famílias sem terra.

Segundo Neves, a característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada ou empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. Para ela “não importa o grau de mecanização, sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da unidade familiar provém dos membros da família” (NEVES, 1981). Em contraste ao que a autora diz a realidade de Sumidouro coloca que embora a terra não seja da família, existe a constituição de uma unidade familiar, que trabalha com os membros de sua família, mas na terra de outras pessoas famílias sem realação parentesco, entre proprietários e parceiros. E esses membros da família organizam seu trabalho na propriedade que lhes é alheia em troca

de dinheiro no final de cada lavoura. Os parceiros de Sumidouro, nesta perspectiva, são, portanto, agricultores familiares.

Em outro estudo mais recente de Neves, ao relacionar agricultura familiar com o mercado ela demonstra formas familiares de produção em transição mediante a penetração capitalista (1997). Nesse aspecto as relações encontradas em Sumidouro fazem sentido, já que com a expansão da modernização da agricultura, nota-se um possível processo de expropriação das terras dos agricultores e assim modificando as relações lá existentes, que passaram a ser basicamente a relação de parceria, mas que continua organizada na base familiar.

Para melhor compreensão do que estamos tratando é necessário entender sobre a relação de parceria. Segundo Loureiro a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Hoje é ainda um sistema de grande importância aos agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias. Ela complementa ainda que “a parceria é uma denominação comumente atribuída à relação econômica que ocorre na agricultura, na qual o proprietário da terra e o agricultor dividem a produção na base em que contratarem, seja a meia, a terça, a quarta etc” (LOUREIRO, 1977).

Destaca-se que muitos são os componentes que constituem a relação de parceria. Entretanto os mais importantes são quatro: o produto que será plantado, o tamanho da área plantada, os custos de investimento e comercialização e o trabalho. Neste artigo, o último componente, trabalho, será o mais importante para compreendermos como ocorre a relação de parceria em Sumidouro. Pois na dimensão do trabalho, a relação de parceria pode ser tanto uma relação econômica, como regime ou relação de trabalho, quanto um sistema de uso da terra, esse sem dúvida o mais importante. O que importa aqui é reter a relação de parceria como uma forma de organizar a produção e o trabalho e que garante ao agricultor acesso parcial aos meios de produção em troca do seu trabalho e de sua família, em uma dada propriedade. Cabe esclarecer que a parceria nem sempre ocorre com base no trabalho familiar.

A parceria caracteriza-se em Sumidouro, através da relação, neste caso de trabalho, que o agricultor parceiro desenvolve com o patrão. O parceiro geralmente mora na propriedade que trabalha, em uma casa cedida pelo proprietário e planta na área delimitada também por ele. Os custos com a lavoura são todos pagos pelo dono da terra (sementes, adubos, fertilizantes, trator, caixotes, ripas, pregos, luz para a irrigação etc), tudo que é necessário desde o primeiro dia de trabalho na lavoura até a comercialização

da produção. No final da comercialização o dono retira tudo que investiu e divide o que sobra com o agricultor. O agricultor fica então com a quarta parte dos rendimentos da lavoura. Notamos que nesta contabilidade, não entra, por exemplo, o valor do trabalho do agricultor investido. O seu trabalho será a quarta parte do lucro líquido do proprietário.

Elementar aqui é o de entender como o trabalho destas famílias foi sendo subordinado, ao proprietário das terras, ao mercado, às condições de acesso a terra, ao capital comercial e as técnicas agrícolas. Fazendo com que o agricultor de Sumidouro fique cada vez mais expropriado e com o trabalho cada vez mais subordinado, quase sem alternativa de se tornar um agricultor proprietário de terra novamente. Levando este a um processo de expropriação cada vez mais intenso, onde este já não possui mais relação com a terra, sua relação com a terra se constitui apenas uma alternativa de reprodução. Atentemos, contudo, que o que rege, então, a importância desta relação é a propriedade da terra. A subordinação direta do trabalho à propriedade da terra, é de certa forma, a subordinação indireta do agricultor ao capital, onde está implícito o uso do trabalho familiar.

5. CONCLUSÕES

Compreendemos que os impactos do projeto de modernização da agricultura no Brasil acontecem em tempos, espaços e intensidades diversas, como já falado anteriormente. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se ainda, importantes alternativas de emprego e renda no meio rural em anos mais recentes.

Mais do que criar e determinar diferentes cadeias e relações comerciais no mercado interno do Rio de Janeiro, a modernização vai modificar a economia rural desse espaço, aumentando a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Essas modificações vão, portanto, configurar as atuais relações e interações sócio-espaciais existentes na área apresentada, traduzidas no mercado de hortifrutigranjeiros, organizado exclusivamente para o que se estabeleceu como a principal atividade produtiva da região em foco ao longo de sua história: a horticultura.

Em Sumidouro, a perda das terras e a subordinação de parte dos agricultores a condição de parceiros, pode ser vista a partir da ampliação e valorização do mercado, onde percebemos que, nos últimos anos, o custo da produção vem aumentando

enquanto se assiste na esfera da comercialização uma progressiva desvalorização dos produtos. Resulta que o agricultor tem que produzir muito mais para conseguir um lucro razoável.

É dentro deste contexto, que as relações sociais de produção demonstram atualmente um cenário marcado por características ainda típicas de um modo de vida rural tradicional que não se dissolveu totalmente, mas que incorporou, ou melhor, foi incorporado aos poucos ao modelo moderno de agricultura comercial voltada para o mercado. Isso nos leva a compreender que conforme ocorreu a expansão da modernização, a incorporação das práticas modernas no cotidiano, sejam nas práticas agrícolas, seja na racionalidade camponesa, acontece uma transformação no modo de vida, na economia local, nas relações sociais de produção, isto inclui a organização produtiva e na organização laboral. Tratamos, portanto, de uma análise dos processos de ruptura no modo de vida tradicional, mas, contudo também uma análise do processo de continuidade de elementos que contrapõem simultaneamente o tradicional e o moderno.

Consideramos aqui o binômio continuidades e rupturas, na tentativa de compreender como aconteceu o processo de incorporação dos elementos modernos tanto da revolução verde, relacionado a inclusão de novas técnicas no processo produtivo, quanto na incorporação pelo mercado dessa forma social que até recentemente tinha nas suas atividades produtivas agrícolas as culturas tradicionais que não se voltavam exclusivamente para o mercado. Essa, forma social, que segundo Wanderley 2009, dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de (camponês) tradicional e de agricultor moderno, onde:

“(...) um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muito casos, a própria importância da lógica familiar. (...) mesmo integrada ao mercado e correspondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar no novos contextos a que está submetido”. (Wanderley, 2009)

No entanto, também compreendemos ser importante destacar, que a história da área em estudo mostra que há muito tempo existi uma relação destes agricultores com o mercado. No entanto, o que mudou é que estes não estavam organizados exclusivamente para o mercado. Possuíam, portanto, uma outra mentalidade, a agricultura para eles tinha outro significado, possuíam outras relações com a terra e com a natureza de sua renda.

Assistimos, contudo, a reprodução dessas famílias de agricultores de acordo com as necessidades de cada época. O parceiro, atualmente, constitui, de forma significativa, uma das esferas da cadeia produtiva neste município, onde estão subordinadas, ao proprietário das terras. Podemos perceber que, apesar de não possuir os meios de produção, ele se moderniza na condição de parceiro, inserindo-se na economia de mercado através do proprietário.

Entretanto, a organização laboral, mesmo com a presença de novos elementos técnicos, representa as continuidades de um modelo de organização e de relação de trabalho que, em certa medida, ainda se mostra como a mais lucrativa para o mercado. Porém, ao mesmo tempo, devemos considerar que para o agricultor, a parceria significa para além de uma inserção no mercado, uma alternativa de acesso à terra e de reprodução enquanto agricultor e mantendo como base o trabalho familiar. Neste sentido, podemos dizer que a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Segundo Loureiro, 1997, hoje é ainda um sistema de grande importância aos agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias. Ela complementa ainda que “a parceria é uma denominação comumente atribuída à relação econômica que ocorre na agricultura, na qual o proprietário da terra e o agricultor dividem a produção na base em que contratarem, seja a meia, a terça, a quarta etc” (LOUREIRO, 1977).

O espaço agrícola de Sumidouro, diante de um processo que pode ser considerado mais recente em relação ao seu contexto regional, demonstra caráter múltiplo que aparece nas condições de trabalho na agricultura, nas condições de mercado e comercialização, assim como na apropriação do trabalho pelas empresas envolvidas com a agricultura local, desde empresários do próprio município às redes de supermercados da região metropolitana do Rio. O trabalho familiar aparece quase sempre nas propriedades visitadas. Contudo, há também funcionários temporários ou efetivos que colaboram nas atividades agropecuárias. O assalariamento se dá, sobretudo, em propriedades mais ligadas ao mercado integrado as redes de supermercado como é o

caso da rede Zona Sul e Hortifruti, como a maioria dos agricultores convencionais ligados a produção específica de folhas.

Na área em estudo a cadeia produtiva da horticultura é constituída pelas etapas de produção agropecuária (os agricultores em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e responsáveis pela comercialização; eventualmente, fazem comercialização direta em feiras) e; processamento (empresas que atuam na coleta da produção e fazem seleção, higienização, padronização e embalagem de produtos e são responsáveis pelo transporte e comercialização da produção, pela distribuição, pelo consumo e pela certificação). Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como um dos principais canais de comercialização na região, apresentando-os como produtos de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados. A rede de Mercados Horti-Fruti, por exemplo, especializado em produtores de gênero hortícolas e reconhecido pelo alto padrão de sofisticação e qualidade, está instalado desde de 2003 na região, na RJ 130, estrada que liga Friburgo a Teresópolis e possui grande influência na centralização da produção da região serrana e, segundo os próprios produtores, do município de Sumidouro.

Para tanto, ilustrado e explicado, nos cabe concluir que toda essa elaboração nos leva a tomar uma postura dupla no debate. Primeiro, onde, mesmo conscientes de uma transformação no campo, não podemos negligenciar que essa se faz de formas distintas no tempo e no espaço. E, em segundo, o necessário reconhecimento da grande diversidade de situações concretas das formas sociais apresentadas pelo agricultor no meio rural. Onde serão necessárias formulações e análises mais atentas às categorias sociais ditas tradicionais ou modernas, tendo como fio condutor a observação da capacidade de resistência e de adaptação dessas formas às transformações mais gerais da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o capitalismo no campo. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 3ª ed.

ABRAMOVAY, R. a. Nova Forma de luta pela terra: acampar. *Reforma Agrária*, Campinas, v15, n.2, mai. jul. 1985.

.____b. Progresso Técnico: a indústria é o caminho? *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v.2, n.2, mai. ago. 1985.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 2ª edição, 1971.

CARNEIRO, M.. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. *In* COSTA, L. F. C., BRUNO, R. , MOREIRA, R. J. (orgs) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.

CIDE. Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro, 1998, 2001 e 2002.

CIDE. Estudo sócio-econômico 1997-2000. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CÔRTEZ, C. P. “Interações Espaciais no Município de Sumidouro/RJ”. -. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2005.102f. Il.

EGGER, D. da S. Desenvolvimento do capitalismo, relações de trabalho e as contradições no campo brasileiro: o exemplo de Soledade, Sumidouro, Região Serrana do Rio de Janeiro. UERJ – FFP / Departamento de Geografia, 2006. 46p.

DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural: uma abordagem ilustrada / Mauro Eduardo Del Grossi, José Graziano da Silva – Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

GARCIA, E.H. Algumas Considerações sobre a Evolução Recente do Setor Agroalimentar Fluminense. *In* Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro. *In* CARNEIRO, M.J., GIULIANI, G.M., MEDEIROS, L.S. & RIBEIRO, A.M.M. (Orgs.) Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

GUIMARÃES, M. M. M. Técnica e reestruturação do trabalho e do espaço nas áreas de expansão da agricultura moderna na BR-163 – Mato Grosso. UFRJ / PPGG, 2005, xv 170p (dissertação).

GRAZIANO DA SILVA, José et al. "O que há de realmente novo no rural brasileiro". Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v. 19, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.atlas.sct.embrapa.br.pdf>>

LAMEGO, A. R. O Homem e a Serra. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1963.

LEITE, S. e PALMEIRA, M. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. Debates CPDA, 1997.

LOUREIRO, M. R. G. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro. FGV. Zahar Editores. 1979.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar: processos e competitividade. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.

NEVES, D. P. Agricultura e mercado de trabalho. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 7-24.

———. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! 1991. Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/bernardo2006_bibliografia/agricultura_familiar.pdf.

———. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista ABRA. V.25, dezembro, 1995.

SILVA, J. Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

———. A modernização conservadora dos anos 70.

———. Tecnologia e campesinato.

———. Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: Um estudo de caso.

SILVA, J. Graziano da (coord.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1980.

———. Por um novo programa agrário, Deseq/PUC, 1993, (mimeo).

ROMEIRO, Ademar. Estrutura e desempenho da agricultura fluminense. Revista Economia Fluminense, Niterói: UFF, v.2, n.5, p.2-8, jul. 1989.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996, 2002.

———. Economia espacial. São Paulo: Edusp, 2003.

———. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA. Rio de Janeiro. 1998.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. Revista ABRA. V.25, dezembro, 1995.

WANDERLEY, Maria de N. B. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. Idéias, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25 54. jul-dez. 1996.

———. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN TEDESCO, J. C. (org) Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo:EDUPF, 1999.

———. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Anais SOBER, 2000.

———. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Revista ABRA. V.25, dezembro, 1995.

———. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, Jonh & MALUF, Renato S. (coord.). A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas. Convênio SEAAP/UFRRJ-CPDA, Rio de Janeiro, fev. 1997. 132p.